

# O CONTROLE DO CORPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CENAS E DISCURSOS RELIGIOSOS CRISTÃOS

**Cássia Cristiane Lopes de Almeida**

*Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba. ka\_kristiane@hotmail.com*

**Viviane Melo de Mendonça**

*2Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba viviane@ufscar.br*

## Resumo

A pesquisa propõe uma luta contra a suposta “ideologia de gênero”. É uma forma de resistência contra os avanços que vêm acontecendo na América Latina com relação a direitos sexuais e reprodutivos. Tanto a igreja Católica, quanto os grupos pró-vida e os evangélicos se reuniram em vários países para impedirem os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. A perspectiva metodológica é qualitativa e partiu das memórias da professora-pesquisadora e também de entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da educação. Objetivou-se compreender se e quando o gênero e a heteronormatividade estão presentes na atuação de professoras, auxiliares de educação, gestoras/es e funcionárias/os na Educação Infantil. Observou-se que estas pessoas estão reproduzindo em suas práticas pedagógicas e/ou em seus discursos os binarismos de gênero e heteronormativos, controlando os corpos infantis, determinando o que é permitido e proibido a meninos e meninas em função do sexo biológico, das concepções religiosas cristãs e do que foi aprendido histórica e culturalmente. A proposta é trabalhar de tal forma, que o sistema de dominação não seja cotidianamente reforçado, dando às crianças liberdade de escolha. Conclui-se com a necessidade de fomento para formação continuada de docentes em gênero e sexualidade e de novas

pesquisas que explorem estas questões de um ponto de vista interseccional na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Gênero. Heteronormatividade, Concepções Religiosas Cristãs, Educação Infantil.

## Introdução

O objetivo da pesquisa<sup>1</sup> era compreender se/e quando o gênero e a heteronormatividade interferem na atuação de professoras, auxiliares de educação, gestoras/es e funcionárias/os na Educação Infantil do Município de Sorocaba – SP de diversas formas, inclusive através de discursos religiosos cristãos.

Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa. Eu trouxe memórias da minha experiência de professora de Educação Infantil que denominamos de memória da professora-pesquisadora. Além dessas memórias entrevistei cinco professoras de Educação Infantil. As perguntas foram semiestruturadas e o objetivo era saber o que elas concebiam por gênero e heteronormatividade e se isso interferia ou não em suas práticas pedagógicas.

Os estereótipos de gênero e heteronormatividade são naturalizados na nossa sociedade, o que interfere diretamente na educação dos infantes. Educadores/as, professoras/es e demais funcionários que atuam na Educação Infantil reproduzem essas “normas”, através de discursos religiosos cristãos. Sabe-se que o cristianismo é conservador e preza pelo binarismo de gênero e pela heterossexualidade.

Há um projeto de Escola sem Partido, que, de acordo com Lúcia Viégas e Thais Goldstein (2017), prorroga a falsa ideia de que é direito da família ter assegurada uma educação que não denigra suas convicções morais, políticas e religiosas. É o mito da neutralidade do conhecimento.

Constatou-se com essa pesquisa que na Educação Infantil as orações cristãs são naturalizadas e deus é visto como algo universal. Há orações entre funcionários/as, em reuniões pedagógicas e em diversas situações cotidianas e principalmente orações ensinadas às crianças, não levando em consideração tanto o Estado Laico, como as múltiplidades religiosas e também o direito da não religiosidade.

A oração que é considerada “simples” e está inserida no cotidiano da Educação Infantil reproduz dogmas e valores conservadores e heteronormativos. Para se ter uma sociedade com liberdade de expressões

---

1 Esse artigo é o 4.7 capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulada: *Cenas e Discursos Heteronormativos e de Gênero na Educação Infantil*. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13773>

de gênero, sexualidade e com direitos reprodutivos, deve-se prezar por uma Educação laica que respeite todos, todas e todes.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é hermenêutica, (ALVES, 1991) ou seja, tem por objetivo a interpretação dos sentidos das suas palavras, do seu valor simbólico. Para Alda Alves (1991, p. 54), é “uma abordagem que parte do pressuposto que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores”.

Na pesquisa qualitativa:

Os fenômenos só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica, que leve em consideração os componentes de uma dada situação em suas interações e influências recíprocas, o que se exclui a possibilidade de se identificar relações lineares de causa e efeito e de se fazer generalizações de tipo estatístico (ALVES, 1991, p. 55).

As pesquisas qualitativas são melhores se situadas num “continuum” e tendo muita “variedade interna” (ALVES, 1991, p.55). Por se tratar de uma pesquisa social e por saber que vivenciam o presente, apesar de serem marcadas pelo passado, destaco a provisoriedade da pesquisa social.

Trago memórias de cenas e discursos de gênero cotidianas, colhidas ao longo da minha experiência enquanto professora de Educação Infantil. Estas memórias foram anotadas em um caderno de campo e denominadas “Memórias de uma Professora-pesquisadora”. São memórias de cenas e discursos que visam controlar os corpos das crianças de acordo com os valores sociais e culturais das representações de gênero e da heteronormatividade. Afirmo que presenciei todas as cenas e discursos, os quais, algumas vezes, apenas observei, mas, em outras tantas, também intervi.

Ademais, entrevistei cinco professoras de Educação Infantil, que lecionam em creches municipais do interior de São Paulo. A entrevista foi semiestruturada e partiu das seguintes indagações: educadoras separam filas de meninos e meninas? Ao levarem os infantes ao banheiro, deixam as crianças utilizarem o masculino e o feminino ou as separam por gênero? Os brinquedos são distribuídos à vontade ou

há seleção de brinquedos para meninos e brinquedos para meninas? Há divisão de atividades por gênero? Há discursos heteronormativos? Ressalto que “as entrevistas qualitativas são geralmente muito pouco estruturadas, assemelhando-se mais a uma conversa do que a uma entrevista formal” (ALVES, 1991, p. 60).

## O controle do corpo na educação infantil: cenas e discursos religiosos cristãos

Segundo Maria Amélia Teles (2015), para que a creche cumpra seu papel histórico é preciso considerar as diversidades políticas e culturais em suas diversas manifestações sociais, se baseando numa política que tenha como princípio a laicidade, numa perspectiva de se alcançar uma sociedade digna e plural.

Há um projeto de Escola sem Partido, que, de acordo com Lúcia Viégas e Thais Goldstein (2017), prorroga a falsa ideia de que é direito da família ter assegurada uma educação que não denigra suas convicções morais, políticas e religiosas. É o mito da neutralidade do conhecimento.

Neste projeto “Escola sem Partido”<sup>2</sup>, de acordo com Viégas e Goldstein (2017) há várias pautas proibidas, entre elas: gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, diversidade religiosa e direitos humanos. O apoio é na ideia ultraliberal de que o interesse privado e a religião das famílias - que, em geral, são evangélicas neopentecostais - deve estar acima dos interesses públicos, tais como a convivência com as diferenças e como o Estado Laico e democrático.

Na leitura de Viégas e Goldstein (2017), Frigotto (2016) afirma que esse projeto tem como premissa um “partido absoluto e único” e é intolerante com as diferentes visões de mundo, conhecimento e educação. Deste modo, para o autor, a intencionalidade é disseminar o ódio e eliminar o “diferente”, pois quando racismo, machismo,

2 Os defensores do projeto Escola sem Partido defendem que a escola deve respeitar os valores familiares e não devem ensinar sobre educação moral, religiosidade e sexualidade.

\*O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionalidade no projeto.

\*\*A Constituição Federal assegura aos/as educadores/as a liberdade de cátedra, que é sua liberdade de atuação em sala de aula. Qualquer violação a esse direito é inconstitucional.

homofobia, democracia e respeito aos direitos não são trabalhados, perpetua-se uma cultura violenta e desigual.

Esse movimento “Escola sem Partido” denunciou um livro didático que foi aprovado pelo MEC (2016), pois abordava diversas formações familiares, como as famílias homoafetivas, interétnicas e famílias compostas apenas com mãe, sendo que essa família é predominante no Brasil. Essa denúncia é abordada como “ideologia de gênero” e alega a tentativa de se destruir a família tradicional brasileira, fazendo com que alunos se tornem gays e lésbicas. É evidente que se está diante de preconceito, onde educar para a cidadania e para o respeito é repudiado (VIÉGAS; GOLDSTEIN, 2017).

Para Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), lutar contra a suposta “ideologia de gênero” é uma forma de resistência contra os avanços que vêm acontecendo na América Latina com relação a direitos sexuais e reprodutivos. Tanto a igreja Católica, quanto os grupos pró-vida e os evangélicos se reuniram em vários países para impedirem os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

A intencionalidade destes setores religiosos conservadores, de acordo com as autoras Denise Carreira, Cláudia Vianna, Ingrid Leão, Sandra Unbehaun, Suelaine Carneiro e Sylvia Cavašin (2016) é suprimir as palavras “gênero”, “diversidade” e “orientação sexual” dos Planos Estaduais e Municipais de Educação com a justificativa dessa “ideologia de gênero”, que ensinaria as crianças a não possuírem um pertencimento identitário e acabaria com as famílias tradicionais, o que criou um verdadeiro pânico em relação a esse tema. Para as autoras, o pânico é injustificado, pois gênero não é uma ideologia e sim um conceito que amplia o debate sobre qualidade da educação, democracia e acolhimento de todos e todas, independentemente da raça, etnia, religião ou gênero.

Ao se falar de gênero, a intenção não é se ensinar a ser menino ou menina, ou acabar com a “família tradicional”, mas sim acolher todas as formas de ser e todas as composições familiares (CARREIRA et al., 2016).

## Resultados e discussão

Constata-se que família e a escola são instituições fundantes da infância. São instituições que produzem e geram um “conjunto de discursos e práticas indispensáveis para o processo de subjetivação das

crianças em suas relações com os adultos, no capitalismo moderno ocidental, a partir do século XVII” (SALGADO; GARCIA, 2018, p. 112).

Sabe-se que muitas famílias introduzem nas crianças as normas de gênero e muitas vezes a escola corrobora com esses discursos. Percebe-se que há um medo exacerbado instaurado nas famílias e nas professoras/es, e funcionárias/os da creche e pré-escola, é o medo da homossexualidade, transexualidade que as/os apavora e, portanto, controlam as crianças de acordo com as normas heterossexuais.

Há também no cotidiano da creche e pré-escola o controle do corpo feito por meio de discursos religiosos cristãos, como presenciado por mim nesta cena:

Cena: Oração para o Lanche

Na hora do lanche, eu sempre escuto orações pelos corredores: “meu lanchinho, meu lanchinho, vou comer [...] muito obrigada papai do céu, pelo lanchinho que vamos comer, amém”.

Normalmente as professoras e auxiliares cantam indo para o refeitório, nas filas, ou quando chegam ao refeitório e as crianças já estão sentadas à mesa. A oração vem sempre acompanhada de um gesto, que são as duas mãos juntas em forma de agradecimento.

Neste dia em especial, noto que no pátio há uma auxiliar de educação que colocar as crianças de 2 anos em roda, ajoelhados. Fico espantada e observo de longe, ela também se ajoelha na roda, coloca as mãos unidas em frente ao rosto e começa a fazer a oração: - “muito obrigada papai do céu” (Caderno de campo, memórias da professora-pesquisadora).

Essa oração: “meu lanchinho, meu lanchinho, vou comer [...] muito obrigada papai do céu, pelo lanchinho que vamos comer, amém” faz parte do cotidiano da creche e pré-escola, que é pública e, portanto, deveria ser laica.

Quando vi esta cena onde “uma auxiliar de educação que coloca as crianças de dois anos em roda, ajoelhados. Fico espantada e observo de longe, ela também se ajoelha na roda, coloca as mãos unidas em frente ao rosto e começa a fazer a oração: - muito obrigada papai do céu”. Enxerguei nesta cena uma violência contra as crianças. Quando a auxiliar de educação faz com que crianças se ajoelhem para orar, há um desejo de ensinar uma determinada crença e colocar a crença judaico-cristã como única e universal. E as outras religiões de

matrizes africanas, por exemplo? Estas são silenciadas e invisibilizadas. E o direito da não religiosidade? O direito de sermos agnósticos/as ou ateus e atéias?

A escola trabalha com essa dualidade do bom ou mau, de “deus ou do diabo”. Ou seja, existem normas e dogmas que perpassam os muros escolares e quem não se enquadra neles, são discriminados, excluídos, julgados etc. Parte-se da perspectiva de que o Estado é Laico, o que requer falar de todos os dogmas, valores e religiosidades.

No entanto, Deus e Jesus são símbolos sagrados utilizados por professoras e auxiliares como “mecanismos disciplinadores para comportamentos que escapam de seus domínios” (SALGADO; GARCIA, 2018, p. 117). Assim, em entrevista, percebe-se que a professora Hortência concebe que “deus” é universal, e que uma oração de agradecimento não fere o Estado Laico:

Acima de qualquer religião, para quem acredita em deus, acredita agradece e pronto. É uma oração de agradecimento, mas não acredito que fere, porque é uma coisa que fala “papai do céu”, é uma coisa mais simples. Não é nada que envolva dogmas, que não pode fazer isso, ou não pode fazer aquilo. Então não vejo por esse lado, de ferir nada, não. Simplesmente é uma coisa que já está inserida na escola, e as crianças cantam. Não vejo nada demais, não (Hortência, entrevistada em 08/2020).

A professora Hortência diz que só faz oração de agradecimento, o que para ela não têm problema, pois está “isenta de religião”, o que demonstra um certo equívoco, pois a oração diz “muito obrigado papai do céu”, e sabe-se que é uma oração cristã. Sendo assim, ela não compreende o que é Estado Laico e que está privilegiando uma religiosidade em detrimento às outras e ferindo também os que não possuem religião alguma, como agnósticos/as e ateus/ias que devem ter o seu direito assegurado pela laicidade do Estado.

Para ela “deus” está acima de qualquer religião, ou seja, ela concebe “deus” como algo universal, dizendo que quem acredita nele “agradece e ponto”, afirmando não ser nenhum um dogma. Sabe-se que deus e Jesus são dogmas religiosos cristãos, como a divina trindade, por exemplo, que é o pai, filho e espírito santo, mas nem todas as religiões, como por exemplo as de matrizes africanas acreditam em

céu e inferno, deus e Jesus. Sendo assim, a oração não está isenta de religiosidade.

Para a professora Hortência essa oração está inserida na escola, as crianças cantam, mas não tem nada demais. Entretanto, como foi enunciado, as religiosidades cristãs possuem como premissa a heteronormatividade e os valores conservadores, incluindo a não liberdade reprodutiva.

## Considerações finais

A autora Roseli Fischmann (2015) ressalta que o Estado Laico visa a liberdade de consciência, a liberdade de crença e de culto e, portanto, devem ser protegidos como direitos inalienáveis a todas e a todos. Para a autora, cabe ressaltar que, nos espaços educativos, coexistem vários grupos religiosos. Sendo assim, uma oração cotidiana de uma determinada religião ou dogma fere a laicidade do estado, pois não está considerando as multiplicidades religiosas que existem naquele espaço institucional.

Vê-se que tanto o catolicismo quanto os grupos pró-vida e religiosos neopentecostais são conservadores e lutam contra os direitos sexuais e reprodutivos. Ou seja, essa oração que é considerada “simples” e está inserida no cotidiano da Educação Infantil reproduz dogmas e valores conservadores e heteronormativos. Para se ter uma sociedade com liberdade de expressões de gênero, sexualidade e com direitos reprodutivos, deve-se prezar por uma Educação laica que respeite todos, todas e todes.

## Referências

ALVES, Alda J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo v. 77, p. 53-61, 1991.

CARREIRA, Denise; VIANNA, Cláudia; LEÃO, Ingrid; UNBEHAUN, Sandra; CARNEIRO, Suelaine; CAVASIN, Sylvia. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa; Cladem; Ecos; Geledés; FCC, 2016.

FISCHMANN, Roseli. **Estado Laico, Doutrinas Religiosas, Cidadania e Educação**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para uma genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 32, n.3, p. 725-748, dez. 2017.

SALGADO, Raquel Gonçalves. GARCIA, Paula Fernanda Martins. **Em nome dos cuidados, da proteção e da educação**: infância, corpo, gênero e sexualidade como discursos entre professoras da Educação Infantil. *Revista Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 112-124, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lucia Goulart. **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

VIÉGAS, Lygia de Souza e GOLDSTEIN, Thais Seltzer. **Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso**: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, n. 1, ano XIV, jan./jun. 2017.